

ATA Nº 03/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS. Aos doze dias do mês de março, às quinze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Balneário Camboriú, os **conselheiros:** Tatiane Aparecida Martins do Rosário (Titular/Secretaria de Educação); Taísa de Oliveira Duwe (Titular/Procuradoria Geral); Débora Zomer Gomes Veber (Titular/Biblioteca Bem Viver); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Claudemir Gonçalves (Suplente/Amigos e Tribos); Fabiana Lehmkuhl (Titular/Tecendo Direitos); Ana Lucia Lodi Ribeiro (Titular/SEMEAR) e Giovan Nardelli (Titular/ACAD). **Não houve justificativa de ausências. Como ouvintes:** Vitória Moon e Vinícius P. Prim (UDESC). Considerando o horário previsto, o Presidente dá início à reunião procedendo à **leitura da pauta:** 1 - Projeto "Não dê esmola"; 2 - Avaliação da reunião passada; 3 - Regimento Interno; 4 - Encaminhamentos. Informa que a ata da reunião passada será assinada na próxima reunião ordinária. No que diz respeito ao **primeiro item da pauta**, referente ao **Projeto "Não dê esmola"**, o Presidente lembra que a Secretaria de Inclusão Social ficou de encaminhar o projeto e não enviou. Explica que a reunião passada era basicamente para apresentação do projeto, e a partir dessa apresentação surgiriam as dúvidas. No que diz respeito ao **segundo item da pauta**, referente à **avaliação da reunião passada**, Presidente fala na apresentação pontual que iria ser feita referente às colocações da reunião anterior mas infelizmente faltaram alguns representantes na reunião de janeiro que tinham reclamado na reunião anterior. Acrescenta que existe a problemática da mudança da gestão da Secretaria de Segurança Pública, com o qual ficaria difícil para o novo Gestor responder as questões do passado. Também fala da alteração de conselheiro de uma das secretarias sem justificativa e sugere que no Regimento Interno conste que deverá ser apresentada justificativa diante da mudança de representante da Secretaria no Conselho. Conselheiros afirmam que além de não ter justificado essa mudança de conselheiro, a secretaria responsável não comunicou o representante anterior que fora substituído, sendo que o anterior e o novo indicado se fizeram presentes na reunião. Presidente coloca como encaminhamentos: 1. solicitar o projeto à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social; 2. Pelo acontecido na reunião passada deverá ser elaborada uma desculpa pois houve um atropelo grande. Presidente esclarece que muitos questionamentos foram pertinentes mas não a forma em que foram feitos, sendo que poderia ter sido melhor conduzido. A Vice-presidente faz uso da palavra para pedir desculpas ao Presidente pelo atropelo conforme ele falou, afirma que foi a primeira vez que ela assumiu, sendo que ela estava fora, estava viajando conforme avisou, em janeiro, que teve alguns problemas familiares, observou a ata, onde a questão principal era outra, referente à publicação do Edital da posse dos conselheiros, e assumiu a reunião. Manifesta que acredita que faltou comunicação entre Presidente e Vice-Presidente. Agradece a Taísa que no final deu umas dicas referentes aos pontos que foram discutidos e sugeriu uma pergunta que a Vice-presidente fez ao secretário. Agradece também a Débora que ajudou na condução porque a Vice-Presidente não estava empoderada do assunto, nem de todo que foi discutido e que realmente da maneira que ocorreu, deu a impressão que um estava julgando o outro. Conselheira questiona se a Vice-presidente tinha ciência que esses convidados viriam para a reunião, para o qual ela diz que não estava sabendo. Presidente afirma que isso foi determinado na reunião de janeiro e foi oficiado. Conselheiros alegam que não confirmaram e não estava na pauta, para o qual o Presidente afirma que estava na ata. Presidente esclarece que foi determinado na reunião de janeiro que seriam convidados e automaticamente fez os convites, assinou e deixou na Casa dos Conselhos para encaminhamento e não houve a confirmação se eles viriam e acrescenta que quanto à pauta, o Presidente explica que não foi ele quem elaborou pois não era ele quem iria conduzir a reunião. Vice-presidente afirma que perguntou inclusive para Ana o que precisava ser discutido porque ela estava realmente por fora, e não tinha vindo na última reunião de janeiro e alega que conforme foi lhe passado, eram as questões sobre recicláveis que estava na pauta, e ela acrescentou o item referente aos outros conselheiros pois viu a nomeação que veio da Secretaria e foi isso que ela colocou na pauta. Presidente afirma que não chegaram as confirmações, tanto que ele colocou no grupo que foram os convites mas que a gente não recebeu a confirmação. Conselheiro questiona se todos leram a

imoon

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

ata de janeiro, pois esses pontos da discussão estavam todos na ata. Conselheira sugere que quando for encaminhado um ofício convidando alguém para participar da reunião do conselho, que o Presidente solicite a confirmação e que esta seja comunicada. Vice-presidente afirma que serve como lição de aprendizado. Conselheiro afirma que o clima estava bem tenso. Alguns conselheiros que trouxeram algumas perguntas para fazer aos gestores não conseguiram fazer por conta do rumo que a reunião tomou. No que diz respeito à fala do Secretário, conselheiros acham positiva a colocação do mesmo enquanto a ouvir o outro lado, afirmando que não tinha essa outra visão da situação. Conselheiros concluem que o encontro foi válido. Outra conselheira, que tinha ficado responsável por fazer contato com os outros convidados, justifica a ausência dos mesmos e sugere que mesmo que não haja uma confirmação da participação das pessoas convidadas, que seja preparada uma pauta que esteja de acordo, para que, caso venha essa pessoa ou apareça de última hora, tenham o que falar. Conselheira sugere que as colocações referentes ao projeto sejam elaboradas por escrito. Presidente sugere que seja discutido numa reunião ordinária ou extraordinária e alega que não será necessário trazer por escrito pois será discutido aqui mesmo, saindo com essas determinações decorrentes dessa discussão presencial. Presidente explica que, assim que for recebido o projeto, será encaminhado por e-mail aos conselheiros, cada conselheiro vai analisar e trazer suas ponderações para a reunião e a partir dessa discussão irá sair o documento pronto da reunião. É sugerido que os conselheiros encaminhem por e-mail essas ponderações pois, caso algum deles não possa comparecer na próxima reunião, já ficarão registradas suas sugestões. Uma das conselheiras manifesta que saiu da reunião passada extremamente chateada, que a reunião foi muito desgastante, pois mesmo solicitando ao conselheiro Thomas que se acalmasse, ele não o fazia. Conselheira lamenta que o mesmo não esteja presente nesta reunião. Conselheira esclarece que todos estão representando alguma Secretaria ou alguma entidade que defende uma causa específica, mas que os conselheiros não podem colocar os interesses da ONG acima de qualquer coisa e sugere que se o conselheiro precisar da ajuda do conselho no que diz respeito ao funcionamento da cooperativa, o mesmo pode colocar em pauta para que uma comissão específica se reúna para contribuir na busca desses direitos. Outra conselheira manifesta que da maneira em que se desenvolveu a reunião, deu a impressão que o único problema do projeto não dê esmola era que estava atrapalhando a cooperativa, quando na verdade está atingindo várias pessoas. Um dos conselheiros faz menção à gravidade de uma situação, devendo primeiramente ver com ele, referente ao momento em que o conselheiro em questão citou duas situações de violência e uma vez que isso se torna público você tem que apresentar, provar, pois isso será cobrado. Conselheira concorda e afirma que os conselheiros têm que tomar muito cuidado com o que é falado, pois temos que ter propriedade com aquilo que é dito. Um dos representantes afirma ter visto um morador de rua sendo agredido verbalmente por fiscais só pelo motivo de que seu cachorro estava latindo. Presidente manifesta que essas denúncias devem ser feitas por escrito, para o qual o representante afirma ter o vídeo dessa situação, sendo solicitado que este seja enviado. Presidente conclui reiterando as deliberações referentes à reunião passada: 1. Como não foi enviado o projeto, deverá ser feito um novo documento solicitando o encaminhamento, para ser analisado pelo conselho e, a partir da análise, seja chamado novamente o representante da Secretaria. 2. Sugere que seja feito um pedido de desculpas pela forma do embate ocorrido. Ficando o Presidente responsável pela elaboração desses documentos. 3. Marcar uma reunião assim que esse projeto for recebido. 4. Solicitar mais uma vez o comparecimento do representante da Secretaria para colocação das dúvidas e ponderações após análise do projeto. Passa-se então, ao **terceiro item da pauta**, referente ao **Regimento Interno**. Presidente tem uma sugestão de alteração numa frase: referente aos membros dos órgãos governamentais, no parágrafo segundo, do artigo quinto, consta que "os representantes governamentais poderão ser substituídos a qualquer tempo por seus representantes oficiais mediante ofício ou e-mail dirigido à Presidência ou à Secretaria Executiva". Informa que isso consta na Lei e não pode ser suprimido, mas podem adicionar "de forma justificada a sua substituição no que couber". Conselheiros sugerem solicitar que seja feito com

Amorim

Thomas

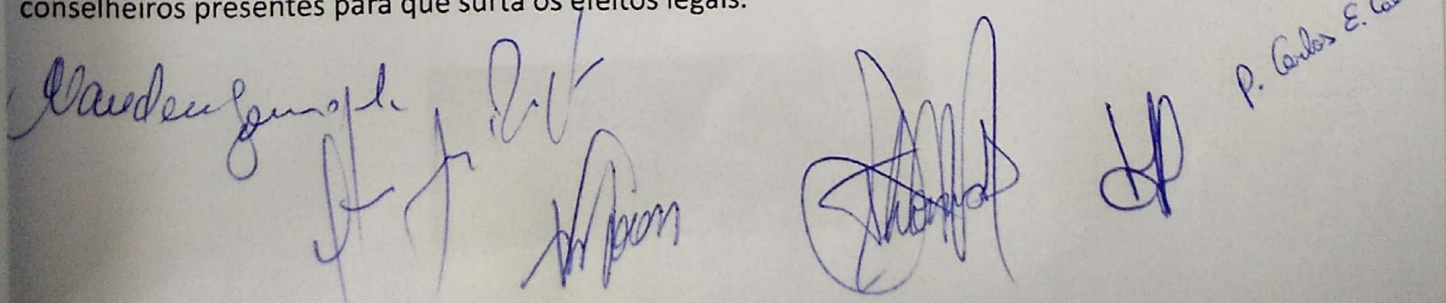
CH

antecedência para não acontecer no dia da reunião, para o qual o Presidente explica que não podem pedir antecedência pois consta que poderão ser substituídos a qualquer tempo. Conselheiros questionam se não foi publicado. Presidente explica que deverá ser publicado ainda, mas na forma de Resolução. Conselheira faz uma sugestão visando que o conselho não fique sem representação: na comunicação que a substituição já seja feita imediata, e que na hora em que informam a saída de um conselheiro, já tem que encaminhar a indicação do novo representante. A representante da Casa dos Conselhos informa que, nesses casos sempre é encaminhada a solicitação imediatamente, para que seja feita uma nova indicação. Conselheiros solicitam que seja analisada uma forma de fazer com que os anteriores representantes sejam informados diante uma nova indicação para não acontecer o mesmo que na reunião passada na qual o anterior representante e o novo compareceram, por falta de informação. É informado que não compete ao Conselho resolver esse tipo de desencontro, por se tratar de um problema interno da Secretaria. Respondendo aos questionamentos dos conselheiros o presidente esclarece que as cadeiras no Conselho são das instituições e não das pessoas. Acrescenta que, na grande maioria dos não governamentais, à exceção da OAB, qualquer substituição, normalmente, pelo trâmite que exige dentro das instituições, ela vai ser conversada dentro da instituição, motivo pelo qual não acontece assim. **Finalmente é deliberado acrescentar, referente aos membros dos órgãos governamentais, no parágrafo segundo do artigo quinto do Regimento Interno, a solicitação da apresentação de justificativa da seguinte maneira:** "os representantes governamentais poderão ser substituídos a qualquer tempo por seus representantes oficiais mediante ofício ou e-mail dirigido à Presidência ou à Secretaria Executiva" [apresentando justificativa para mudança]. Presidente fala a respeito dos **membros das entidades não governamentais**, sendo que **no artigo sete**, consta que "os representantes governamentais, bem como os da sociedade civil, poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos seus representantes oficiais mediante ofício ou e-mail dirigido à Presidência ou à Secretaria Executiva", sendo **deliberado acrescentar** também: [apresentando justificativa para mudança]. Respondendo aos questionamentos dos conselheiros referente aos casos em que um representante de uma entidade não governamental ocupa um cargo na Mesa Diretora, o Presidente esclarece que o cargo é da pessoa e não da entidade. Logo, o Presidente fala na **necessidade de marcar uma reunião extraordinária** específica para finalizar o Regimento Interno, sendo marcada para o mesmo dia da reunião ordinária, sendo que a extraordinária será realizada às quinze horas e trinta minutos enquanto que a ordinária iniciará às dezesseis horas. Fica **responsável pela elaboração da Resolução** a representante e Diretora da Casa dos Conselhos, Sra. Ketlin. Presidente solicita inserção de um **último item da pauta** referente **às comissões**. Fala de uma comissão que está sendo extremamente necessária referente a como agir frente às denúncias recebidas (qual é o procedimento processual). Solicita como **ponto de pauta para a próxima reunião: Reavaliação das comissões**. Na continuidade, representante da Casa dos Conselhos informa que, uma das atas do conselho cita o nome de um menor, e na hora da publicação na Câmara de Vereadores foi informada de que não pode constar nome de um menor num documento que irá se tornar público e a questão é como fazer se tem cinco dias a partir da aprovação de uma ata para sua publicação e devem constar essas informações no portal da transparência. Conselheira sugere que seja coberto o nome, para o qual o Presidente esclarece que no caso de uma ata, para publicação oficial, não pode. É esclarecido que podem ser colocadas as iniciais, para o qual representantes alegam que as pessoas do bairro desse menor irão identificar pelo contexto e pelas iniciais. A representante Ketlin explica que esse documento já deu entrada e não tem como ser retirado agora e mudar, mas informa que a Procuradoria da Câmara fez uma análise deu entrada mas, ainda não publicou. Ketlin informa que o Conselho pode encaminhar um ofício à Câmara solicitando a não publicação da ata, a qual vai ficar nos arquivos da Câmara, caso alguém solicite o documento, mas em virtude de detalhes envolvendo menor de idade não será publicada. Ketlin sugere que para os próximos casos, seja criado um Processo Interno, sendo possível colocar o número do processo ao invés de citar nome e outros detalhes, colocando na ata correspondente, o número de processo que foi discutido e qual a deliberação a esse respeito. Q

[Assinatura]

[Assinatura]

conselheiro Giovan sugere que isso seja contemplado no Regimento Interno prevendo como tratar esse tipo de caso, decretando o sigilo e, quando houver necessidade de sigilo, como vai ser redigida a ata. Conselheira informa que com os casos que acontecem nas unidades tem-se todo o cuidado com a família para proteger a privacidade da própria criança, a integridade da criança. Conselheiro Giovan acrescenta que deverá ser criado um arquivo sigiloso ao qual as pessoas não possam ter acesso e que a reunião não pode ser aberta quando for tratado esse tipo de caso. Presidente informa que isso consta no Regimento Interno. No que diz respeito às **atribuições das comissões**, o Presidente fala da **comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições**, que além de tratar da manutenção dos cadastros das entidades e das inscrições que serão feitas para as próximas eleições do Conselho, ela consta das normas, isto é, de toda a normativa desse processo e isso deve constar em Resolução e esclarece que até o Regimento Interno também é feito por Resolução, por isso que dá para fazer mesmo sem estar no Regimento. Ketlin acrescenta que se faz Resolução dos casos que terão solicitação do sigilo e o Presidente manifesta que esse é um dos motivos pelo qual as comissões devem ser constituídas. Conselheiros falam da responsabilidade do conselho. O Presidente informa que as comissões constam no Regimento mas que é necessário reavaliar todas elas. No que diz respeito à **próxima reunião ordinária** que será realizada na próxima semana, na terça-feira dezanove de março, às dezesseis horas (após finalizar a reunião extraordinária do Regimento Interno), o Presidente solicita que os conselheiros não falem pois **serão definidas as comissões**. Após, fala sobre a **pauta da próxima reunião**: 1. as comissões, lembrando que cada entidade, seja governamental ou não governamental, deverá participar de pelo menos uma comissão; 2. Ofícios que devem ser encaminhados: para Secretaria de Inclusão. Logo o presidente abre um espaço para os conselheiros se manifestarem a respeito de algum assunto pendente para colocar na pauta da próxima reunião. Presidente solicita informação para a representante da Casa dos conselhos a respeito da Comissão de Revisão de Leis do Município de Balneário Camboriú, a qual solicitou um representante de cada conselho, para saber se a Câmara de Vereadores já encaminhou alguma notificação referente às reuniões para avaliação das leis, para o qual a mesma informa que ainda não teve retorno. Respondendo aos questionamentos dos conselheiros, a representante Ketlin informa que trata-se de um número considerável de leis e que o objetivo é que cada segmento de conselho atue nas leis que envolvem seu grupo. Na sequência alguns conselheiros falam a respeito do caso da menor P. para o qual o Presidente manifesta a necessidade de saber primeiramente como foi o atendimento via Conselho Tutelar e sobre os encaminhamentos. Logo, o Presidente informa que recebeu uma mensagem sobre um **suposto caso de preconceito dentro de uma pousada**, para o qual solicitou encaminhamento de relatório e tendo recebido um relato detalhado, procede à **leitura do relatório**. Após análise do relatório, os conselheiros concluem que não se trata de uma questão de preconceito nem de direitos humanos, podendo ser um problema de sociabilidade. Após, Presidente informa que na próxima reunião também irá dar um retorno sobre a reunião dos Presidentes que acontecerá nesta semana, e informa que na reunião passada foi feito um esboço de um Plano de Ação de todos os Conselhos, o qual será finalizado na reunião dos Presidentes. Conselheiro informa que está participando da Comissão de Direitos Humanos da OAB e amanhã será a primeira reunião e questiona a respeito da discussão sobre os indígenas que iniciou em dois mil e dezesseis, referente à permanência dos mesmos, para o qual o Presidente informa que saiu definição Judicial (Justiça Federal), e que é direito deles inclusive a escolha do local, para qualquer etnia, e procede à leitura de um trecho da decisão judicial, no qual menciona um tratamento diferenciado por questões culturais. Nada mais havendo a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.



P. Carlos E. Gustavo